



**ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE FORMOSA**

**PROJETO DE LEI Nº. 083/2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.**

*“Autorização de alienação de bens imóveis do  
Município de Formosa e dá outras providências.”*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA,**

Faço saber que a Câmara Municipal de Formosa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar, mediante avaliação, Área de investidura, nos termos do artigo 17, inciso I, letra d, da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, e suas posteriores alterações o imóvel limdeiro de área remanescente de propriedade do Município a seguir identificado, situado no perímetro urbano desta cidade:

**I** – Uma área de terreno urbano localizada na Quadra F, Parte Leste, 3ª Zona Urbana com os seguintes limites e confrontações: Frente: para Avenida Brasília, medindo 155,75m (cento e cinquenta e cinco metros e setenta e cinco centímetros); Fundo: limitando-se com imóvel de propriedade de Buriti Agrocomercial Ltda., medindo 162,45m (cento e sessenta e dois metros e quarenta e cinco centímetros); Lado direito: limitando-se com a Avenida Brasília, medindo 38,38m (trinta e oito metros e trinta e oito centímetros); Lado Esquerdo, por ser triangular, 0,00m (zero metros), perfazendo uma área de extensão superficial de 1.969,92m<sup>2</sup> (hum mil e novecentos e sessenta e nove metros e noventa e dois centímetros quadrados). Requerente: Buriti Agrocomercial Ltda.

**Art. 2º.** Nos termos do disposto na citada Lei nº 8.666/93, o valor da alienação de cada parcela será fixado; previamente, em LAUDO elaborado pela Comissão de Avaliação de Imóveis, nomeada nos termos do Decreto nº. 398/13, de 02 de fevereiro de 2013, por metro quadrado, sendo que poderá ser pago em até 10 (dez) parcelas mensais.

**Parágrafo Único** - O licitante que desejar efetuar o pagamento à vista, terá o desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do imóvel.

**Art. 3º.** Sendo a alienação feita na modalidade prestações, o contrato respectivo deverá atender a todos os requisitos exigidos pela legislação específica.



**ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE FORMOSA**

**PROJETO DE LEI Nº. 083/2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.**

**Art. 4º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Formosa, Gabinete do Prefeito, em de  
de 2013.

  
**ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE FORMOSA

PROJETO DE LEI Nº. 083/2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhores vereadores,

Dirijo-me a Vossa Excelência e demais Pares para encaminhar para apreciação e votação por essa Casa de Leis, o Projeto de Lei que “***Autoriza a alienação de bens imóveis do patrimônio municipal (área de investidura) e dá outras providências***”.

A presente proposta tem por finalidade buscar autorização legislativa, para que se possa promover a venda do imóvel do domínio municipal, sendo este classificado como área de investidura.

A administração dos bens municipais compreende normalmente a *utilização e conservação* do patrimônio local. *Excepcionalmente*, pode o Município, demonstrada a necessidade ou interesse de *alienar* alguns de seus bens. Exatamente para o caso de alienação, depende o Prefeito de lei autorizadora e do atendimento de exigências especiais impostas por normas superiores que traçam as exigências administrativas para o contrato alienador e **atenda aos requisitos específicos do instituto utilizado**.

Como modalidades de alienação, aponta a doutrina: a venda, a doação, a dação em pagamento, a permuta, a *investidura*, a legitimação de posse ou a concessão de domínio.

Em princípio, toda alienação de bem público depende de *lei autorizadora*, de *licitação* (Lei 8.666/93) e de *avaliação* da coisa a ser alienada.

Entretanto, há casos de inexigibilidade dessas formas, quando **incompatíveis com a própria natureza do contrato**, conforme ensina Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>

*A alienação de bens imóveis do patrimônio municipal exige autorização por lei, avaliação prévia e concorrência, sendo inexigível esta última formalidade nos casos de doação, dação em pagamento, permuta, legitimação de posse e investidura, por incompatíveis com a natureza do contrato, que tem objeto determinado e destinatário certo (Lei 8.666, de 1993, art. 17, I) – grifos nossos.*

A modalidade que se busca a aprovação do presente projeto é a **investidura**. Conforme estabelece o art. 17, §3º, da Lei de Licitações, “*entende-se por investidura, para os fins desta Lei: I - a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável, por preço nunca inferior*

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 303.



**ESTADO DE GOIÁS  
MUNICÍPIO DE FORMOSA**

**PROJETO DE LEI Nº. 083/2013, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013.**

*ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea “a” do inciso II do art. 23 desta Lei.”*

Na definição de Hely Lopes Meirelles<sup>2</sup>, “*investidura é a incorporação de uma área pública isoladamente inconstruível ao terreno particular confinante que ficou afastado do novo alinhamento em razão da alteração do traçado urbano.*”

Exatamente porque a área pública remanescente de alteração do traçado urbano se tornou inconstruível, e inaproveitável a *outro* particular, permite a Lei de Licitações a sua alienação, conforme estabelece o art. 17, I, “d”, da Lei de Licitações:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

*d) investidura;*

Assim, compete à Câmara Municipal, na análise do presente projeto, verificar se os pressupostos da Lei autorizadora foram cumpridos.

Assim, os elementos fornecidos nestes autos levam a formar um juízo de credibilidade acerca do preenchimento dos requisitos que autorizam a alienação de área de investidura, na forma proposta pelo projeto apresentado.

A área que deverá ser alienada, após autorização legislativa, é uma área isolada de propriedade do Município, que não mais interessa a administração. O valor apurado terá a destinação prevista em Lei, sendo que a receita virá de encontro aos planos de investimentos em área própria.

Contando, desde já, com o apoio dessa Ilustre Casa de Leis à presente iniciativa, aproveito para solicitar, a sua apreciação em regime de urgência, em função da necessidade de atender a compromissos de ordenamento da Cidade.

  
**ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

<sup>2</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 307.



ESTADO DE GOIAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA  
SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

**MEMORIAL DESCRITIVO**

IMÓVEL: *PARTE DO LOTE N° 02, DA QUADRA F - PARTE LESTE, 3ª ZONA URBANA.*

MUNICÍPIO: *FORMOSA - GO.*

PROPRIETÁRIO: *PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA.*

ÁREA TOTAL: *1.969,92 m².*

OBJETIVO: *AQUISIÇÃO DE INVESTIDURA*

REQUERENTE: *BURITI AGROCOMERCIAL LTDA.*

**Limites e Metragens:**

Frente: Para **Avenida Brasília**, medindo **155,75** metros, (cento e cinquenta e cinco metros e setenta e cinco centímetros).

Fundo: Limitando-se com terras da empresa Buriti Agrocomercial LTDA, medindo **162,45** metros, (cento e sessenta e dois metros e quarenta e cinco centímetros).

Lado direito: Limitando-se com a **Avenida Brasília**, medindo **38,38** metros (trinta e oito metros e trinta e oito centímetros).

Lado esquerdo: Por ser triangular 0,00 metros, (zero metros).

Formosa, 16 de Outubro de 2013.

R.T.:

  
**Alexandre Mickowski**  
TC. TOPOGRAFO  
Av. João Isper Gebrim N° 677  
Fone: 61 3642-2641/9978-3336



**ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA  
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS  
SETOR DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**

**LAUDO DE AVALIAÇÃO**

De acordo com a Planta de Valores do Município sobre a Transmissão de Bens Imóveis, intervivos e direitos a eles relativos (ITBI) – Lei nº 328/09, de 30 de Dezembro de 2009, fica avaliado em R\$ 123,99 (cento e vinte três reais e noventa e nove centavos), o metro quadrado dos imóveis localizados com frente para a Av. Lagoa Feia até o final da Av. Brasília, nesta cidade.

Formosa, 25 de outubro de 2013.

*Edimar José de Parva*  
Superintendente da Receita  
Tributária  
Mat. 9792